

Lula usará reunião para evitar ruídos e recuos no governo

Ontem, fala de ministro na terça-feira defendendo revisão de reforma da Previdência aprovada em 2019 foi desautorizada



Costa, da Casa Civil, terá tarefa de analisar propostas de mudanças de colegas

“

Qualquer proposta só será encaminhada, é evidente, depois de aprovação do presidente. É quem decide. Qualquer proposta, ele vai dizer isso em reunião, passará necessariamente pela Casa Civil antes de sua análise. Não há nenhuma proposta sendo analisada ou pensada neste momento, seja a previdenciária ou outra.

RUI COSTA
Ministro da Casa Civil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou para amanhã, às 9h30min, a primeira reunião ministerial de seu governo. Ele usará o encontro para alinhar o discurso com seus auxiliares diretos após ruídos causados por falas divergentes. Entre os episódios, estão reforma da Previdência, saneamento, tributos e política de preços sobre combustíveis.

Ontem, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que Lula não deu aval a estudo de revisão de reformas aprovadas antes de seu mandato, sobretudo a da Previdência. Após se reunir com Lula pela manhã, Costa afirmou que o presidente delegou à Casa Civil a tarefa de analisar, antes de chegar ao presidente, as propostas de revisão sugeridas por ministros.

– Nenhuma proposta só será encaminhada, é evidente, depois de aprovação do presidente. É quem decide. Qualquer proposta, ele vai dizer isso em reunião, passará necessariamente pela Casa Civil antes de sua análise. Não há nenhuma proposta sendo analisada ou pensada neste momento, seja a previdenciária ou outra. Não tem nada sendo elaborado – disse Costa.

Costa desautorizou declaração do ministro da Previdência, Carlos Lupi. Ao tomar posse na terça-feira, Lupi afirmou que não há déficit na Previdência e que as mudanças aprovadas no governo Jair Bolsonaro são uma “antirreforma”.

Ele acrescentou que iria criar comissão com representantes de sindicatos patronais, empregados, aposentados e governo para discutir o assunto. As falas de Lupi na terça-feira foram mal recebidas pelo mercado financeiro – a bolsa de valores aprofundou a queda e, no câmbio, houve alta do dólar.

“Entusiasmo”

O ministro da Casa Civil não quis responder se Lupi se precipitou ou exagerou. Segundo Costa, era necessário vir a público para “tranquilizar”. As declarações de Lupi derrubaram a bolsa de valores e provocaram alta na cotação do dólar.

– Todo mundo tem direito a opinião, mas nesse momento não há nenhuma proposta. As energias estão lá em cima, é um momento de posse, de alegria e de entusiasmo – comentou Costa.

Em outro episódio de ajuste, a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, disse, na terça-feira, depois da reação do mercado financeiro, que o governo reveria medida provisória, publicada segunda-feira, que tirava a regulação de saneamento da Agência Nacional de Águas (ANA).

O órgão será transferido do Ministério do Desenvolvimento Regional para o do Meio Ambiente, mas a agência será mantida a tarefa de instituir “normas de referência” para a regulação

do setor de saneamento básico.

O que ajudou a criar confusão também foi a publicação de decreto, na segunda, que cria a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, vinculada ao Ministério das Cidades, gerando a especulação que ficaria responsável por estabelecer normas na área.

Outra situação vista como vavém no governo federal foi a respeito da desoneração dos tributos federais sobre os combustíveis. Pela medida provisória publicada na segunda-feira, as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre óleo diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo ficam reduzidas a zero até 31 de dezembro deste ano. A cobrança dos dois tributos sobre gasolina e álcool, assim como a da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre a gasolina, fica suspensa até 28 de fevereiro.

Combinação

A suspensão da tributação sobre combustíveis foi tomada pelo então presidente Jair Bolsonaro no ano passado, em meio a escalada dos preços, e acabaria no último dia 31 de dezembro. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a combinar com o seu antecessor, Paulo Guedes, a prorrogação da isenção por 30 dias. Lula disse que não era para prorrogar, a base aliada acendeu o sinal de alerta e a desoneração foi esticada.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 6